

BRASIL E O ATLÂNTICO SUL: ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICA, RELEVÂNCIA COMERCIAL E CAMINHO PARA A POTÊNCIA REGIONAL

O Atlântico Sul é a fronteira estratégica do século XXI, e o Brasil reúne atributos geográficos, navais e diplomáticos para exercer uma hegemonia benigna, mas negligencia esse papel. Sem liderança ativa, potências externas preencherão o vácuo. A escolha define nosso futuro.

Ronaldo Ferreira*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Brasil possui a maior fronteira marítima do Atlântico Sul. São quase 7.500 km de costa, com 80% de sua população habitando as zonas costeiras atlânticas. Esse fato estrutural, combinado com a janela de oportunidade criada pelo progressivo desinteresse dos Estados Unidos pelo oceano em favor do Pacífico (diante da ascensão da China), torna o Atlântico Sul um espaço estratégico de liderança natural para o Brasil. Com reservas petrolíferas do pré-sal avaliadas em bilhões de barris, rotas comerciais que conectam América do Sul, África Ocidental e Europa, e a crescente disputa geopolítica global pelo controle de recursos naturais e posições militares estratégicas, o Brasil possui todos os atributos para se tornar a potência hegemônica benigna da região, mas tem negligenciado esse papel de forma sistemática.

28.000 km	U\$ 1,5 tri	60%	14 países
Costa + ZEE brasileira	Comércio marítimo no Atlântico Sul	Exportações BR passam pelo oceano	Margem africana do Atlântico Sul

Tabela: BLOG DO VELHO GENERAL • Fonte: Elaboração do Autor • Criado com Datawrapper

1. CONTEXTO GEOPOLÍTICO: POR QUE O ATLÂNTICO SUL IMPORTA AGORA

1.1 O RETORNO DA COMPETIÇÃO DE GRANDES POTÊNCIAS AO HEMISFÉRIO SUL

O século XXI recolocou na agenda global a disputa por zonas de influência. Os Estados Unidos, a China, a Rússia e potências europeias como França e Reino Unido travam uma competição silenciosa, mas crescente pelo posicionamento estratégico no Atlântico Sul. A China expandiu sua presença portuária na costa oeste africana, financiou infraestrutura em Angola, Moçambique e Namíbia e opera bases de escuta e monitoramento naval na região. Os EUA reativaram a Quarta Frota em 2008 precisamente para reafirmar presença na área.

Nesse cenário, a ausência de uma liderança regional clara cria um vácuo que potências externas estão ansiosas para preencher. O Brasil, pela posição geográfica privilegiada, com a ponta do “saliente nordestino” a apenas 2.900 km da costa africana, é candidato natural e legítimo para ocupar esse papel.

Não fazê-lo é uma escolha estratégica de alto custo.

A estabilidade no Cone Sul (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Chile) é pré-condição para a projeção atlântica. O general Golbery do Couto e Silva já alertava para a vulnerabilidade do flanco Sul como zona de fricção, e apontava a necessidade de neutralizar os chamados “prisioneiros geopolíticos”, Paraguai e Bolívia, países sem saída ao mar. A Argentina é o único país capaz de oferecer um desafio estratégico ao Brasil; por isso, a relação bilateral funciona como eixo estruturante da estabilidade regional, à semelhança do eixo franco-alemão na Europa pós-1945.

1.2 O PESO HISTÓRICO E LEGAL: ZOPACAS E A AMAZÔNIA AZUL

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), criada por iniciativa brasileira em 1986 e referendada pela ONU, é um instrumento multilateral único no mundo: um oceano inteiro declarado zona de paz, livre de armas nucleares e conflito externo. O Brasil é seu principal arquiteto e responsável moral pela manutenção.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) garantiu ao Brasil jurisdição sobre cerca de 4,5 milhões de km² de Zona Econômica Exclusiva – denominada oficialmente “Amazônia Azul” pela Marinha do Brasil. O Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) busca ampliar essa área para 5,7 milhões de km² perante a Comissão de Limites da ONU. É o maior território marítimo da América Latina.

Amazônia Azul – Dimensões Estratégicas

- 4,5 milhões de km² de ZEE – equivalente à extensão da Índia
- Reservas do pré-sal: estimativa superior a 100 bilhões de barris de óleo equivalente
- Maior concentração de petróleo em águas profundas do mundo (Bacia de Santos e Campos)
- Riqueza em minerais de fundo oceânico: manganês
- Recursos pesqueiros de alto valor econômico e alimentar
- Rotas de cabos submarinos de fibra ótica interligando continentes

Tabela: BLOG VELHO GENERAL • Fonte: Elaboração do Autor • Criado com Datawrapper

2. A RELEVÂNCIA COMERCIAL DO ATLÂNTICO SUL

2.1 O PAPEL ATUAL DO ATLÂNTICO SUL NO COMÉRCIO MUNDIAL

O Atlântico Sul é a espinha dorsal logística das exportações brasileiras. Cerca de 60% de todo o comércio exterior brasileiro, em valor e em volume, trafega por esse oceano. *Commodities* como soja, milho, minério de ferro, petróleo bruto e celulose chegam à Europa, à Ásia e à África exclusivamente por essa via. Os portos de Santos, Paranaguá, Itajaí, Rio Grande e Salvador são nós críticos dessa rede.

Em escala global, o Atlântico Sul conecta três continentes (América do Sul, Europa e África) e serve de rota alternativa ao Canal de Suez e ao Canal do Panamá. Em momentos de crise ou saturação dessas passagens, como ocorrido em 2021 com o *Evergreen* no Suez e em 2024 com as restrições no Panamá por seca histórica, o Atlântico Sul ganha protagonismo como rota de desvio estratégico.

2.2 O DESAFIO DAS CINCO ROTAS BIOCEÂNICAS: AMEAÇA OU COMPLEMENTO?

As rotas bioceânicas são projetos de infraestrutura terrestre e fluvial que buscam conectar o Atlântico ao Pacífico através do interior sul-americano, podendo encurtar em mais de 9.700 km a distância marítima nas exportações brasileiras para a Ásia e reduzir em 12 dias o tempo de navegação em relação à rota tradicional pelo Porto de Santos, reduzindo as distâncias para exportações destinadas à Ásia. Os cinco principais corredores discutidos na região são:

As Cinco Rotas Bioceânicas	Impacto nos Fluxos Atlânticos
• Corredor Rodoviário Central (Brasil-Bolívia-Peru-Chile)	• Redução de ~40% na distância Brasil-China para grãos
• Corredor Ferroviário do Bioceânico (MS - Porto Antofagasta)	• Custo frete marítimo estimado menor em 15-20% via Pacífico
• Hidrovia Paraná-Paraguai (até Pacífico via Chile)	• Pressão sobre portos atlânticos do Sul e Sudeste
• Corredor de Capricórnio (Sul do Brasil - Argentina - Chile)	• Potencial de desvio de carga de soja, milho e açúcar
• Corredor Norte (Manaus - Peru - Ilo)	• Dependência de infraestrutura de países terceiros

Tabela: BLOG VELHO GENERAL • Fonte: Elaboração do Autor • Criado com Datawrapper

Uma leitura superficial sugere que as rotas bioceânicas diminuiriam a relevância do Atlântico Sul. A análise estratégica aprofundada revela o oposto: o Atlântico Sul permanece insubstituível por razões estruturais que nenhuma ferrovia ou rodovia pode contornar.

2.3 POR QUE O ATLÂNTICO SUL PERMANECE INSUBSTITUÍVEL

As rotas bioceânicas são complementares, não substitutivas. O Atlântico Sul serve mercados, produtos e fluxos que as rotas terrestres e o Pacífico estruturalmente não conseguem absorver.

a) Petróleo e derivados: O pré-sal brasileiro é exportado majoritariamente para refinarias europeias, norte-americanas e africanas, todas no Atlântico. Não existe rota bioceânica competitiva para esse fluxo.

b) Comércio com a África: O Atlântico Sul é o único canal de acesso comercial direto à costa atlântica africana: 14 países com população combinada superior a 600 milhões de pessoas e PIB agregado crescente. As rotas bioceânicas são absolutamente incapazes de servir esse mercado.

c) Produtos de alto valor e refrigerados: Carnes, frutas, produtos farmacêuticos e manufaturados com destino à Europa utilizam o Atlântico Sul por questões de prazo, custo e infraestrutura portuária. O desvio pelo Pacífico agrega entre 12 e 20 dias de viagem para o mercado europeu.

d) Segurança energética europeia: Após 2022, com a ruptura parcial do fornecimento russo de energia, o petróleo brasileiro do pré-sal tornou-se estratégico para a segurança energética europeia. Esse fluxo é exclusivamente atlântico.

e) Cabos submarinos de dados: O Atlântico Sul abriga dezenas de cabos de fibra ótica que conectam América do Sul, Europa e África. O Brasil é o *hub* natural dessas redes, adicionando uma dimensão digital e de cibersegurança à relevância estratégica do oceano.

Conclusão Analítica: O Atlântico Sul após as Rotas Bioceânicas

- As rotas bioceânicas competem por uma fatia específica do mercado: commodities agrícolas para a Ásia
- O Atlântico Sul retém exclusividade sobre: energia, comércio com a África, produtos manufaturados para Europa
- A operação das próprias rotas bioceânicas dependerá de portos atlânticos como pontos de apoio logístico
- O crescimento do comércio digital e de cabos submarinos eleva ainda mais a relevância estratégica atlântica
- Cenários de conflito ou crise no Indo-Pacífico aumentariam dramaticamente o valor das rotas atlânticas

Tabela: BLOF VELHO GENERAL • Fonte: Elaboração do Autor • Criado com Datawrapper

3. BRASIL COMO POTÊNCIA REGIONAL NO ATLÂNTICO SUL, COMO E POR QUAIS VETORES

3.1 OS ATRIBUTOS QUE O BRASIL JÁ POSSUI

O Brasil reúne, de forma única na região, todos os atributos constitutivos de uma potência regional: dimensão territorial e demográfica, capacidade industrial e tecnológica, projeção diplomática histórica, Forças Armadas com doutrina oceânica e, crucialmente, soberania sobre a maior extensão de Zona Econômica Exclusiva do hemisfério sul. O que falta não são recursos, é vontade política estratégica e continuidade de Estado.

8,5 km ²	215 M hab.	US\$ 2,1 tri	Top 10
5º maior território mundial	6ª maior população mundial	PIB - 9ª economia mundial (2025)	Forças Armadas em capacidade naval

Tabela: BLOG DO VELHO GENERAL - Fonte: Elaboração do Autor - Criado com Datawrapper

3.2 VETOR 1 – PODER NAVAL E DEFESA DA AMAZÔNIA AZUL

O primeiro e mais fundamental vetor de projeção de poder no Atlântico Sul é a capacidade naval. A Marinha do Brasil precisa desenvolver capacidade anfíbia real com navios de projeção de força e patrulha da Amazônia Azul. Sem Forças Armadas modernas, potências extrarregionais como o Reino Unido, que mantém bases no Atlântico Sul, podem se imiscuir na região.

A Marinha do Brasil é a maior da América Latina, mas ainda subutilizada em termos de patrulhamento oceânico, presença permanente em zonas disputadas e capacidade de dissuasão estratégica.

O Programa Nuclear da Marinha (PNM), com previsão de entrega do submarino de propulsão nuclear Álvaro Alberto entre 2029 e 2032, é um divisor de águas: um submarino nuclear de ataque (SSN) transforma a equação estratégica regional, conferindo ao Brasil capacidade de dissuasão que nenhum outro país da América do Sul possui. O Programa PROSUB e os submarinos convencionais da classe Riachuelo já representam um avanço significativo.

Paralelamente, o fortalecimento do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) – rede integrada de radares, sensores, drones e comunicações para monitoramento do espaço marítimo – é essencial para que o Brasil conheça e controle efetivamente seu território oceânico.

3.3 VETOR 2 – DIPLOMACIA SUL-ATLÂNTICA E FORTALECIMENTO DA ZOPACAS

A ZOPACAS tem potencial estratégico muito superior ao que tem sido explorado. Com 24 países membros entre América do Sul e África Ocidental, é um fórum multilateral que o Brasil pode utilizar para construir consenso em temas como: combate à pirataria marítima, gestão de recursos pesqueiros, proteção de cabos submarinos, cooperação em defesa e, crucialmente, resistência à militarização do Atlântico Sul por potências externas.

O Brasil deve retomar a liderança ativa da ZOPACAS – que sofreu um esvaziamento na década de 2010 – e transformá-la em plataforma de governança regional com secretariado permanente, mecanismos de consulta regular e projetos concretos de cooperação técnica e militar.

3.4 VETOR 3 – LIDERANÇA NO CONE SUL E INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL

A hegemonia benigna no Atlântico Sul requer base sólida no Cone Sul. O Brasil precisa de uma política de integração sul-americana que avance em infraestrutura física integrada, harmonização regulatória para comércio, cooperação em defesa e inteligência, e uma política energética regional com o Brasil como eixo.

Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile são parceiros indispensáveis. Uma América do Sul coesa, com o Brasil como âncora, apresenta-se ao mundo como bloco estratégico capaz de negociar em pé de igualdade com os EUA, a China e a UE. A fragmentação atual favorece exclusivamente as potências externas.

Cone Sul – Agenda Prioritária	África Atlântica – Agenda Prioritária
• Retomada do COSIPLAN/UNASUL para infraestrutura regional	• Fórum permanente ZOPACAS com secretariado no Rio de Janeiro
• Acordo de Defesa do Atlântico Sul com Argentina	• Cooperação Brasil-África em segurança marítima (Golfo da Guiné)
• Integração energética: gás, hidrelétricas binacionais, eólica offshore	• Acordo de transferência tecnológica naval com países africanos
• Harmonização fiscal e regulatória no Mercosul ampliado	• Rede de adidos navais brasileiros em 14 países do Atlântico Sul
• Política migratória e de mobilidade regional comum	• Patrulhas conjuntas com Marinhas Sul-Africana e Nigeriana

Tabela: BLOG VELHO GENERAL • Fonte: Elaboração do Autor • Criado com Datawrapper

3.5 VETOR 4 – LIDERANÇA ECONÔMICA: PETRÓLEO, PESCA E ECONOMIA AZUL

O Brasil pode posicionar-se como o gestor e principal beneficiário da economia azul do Atlântico Sul. Isso significa: liderança regulatória na exploração sustentável do fundo oceânico, criação de um mercado regional de serviços petrolíferos em água profunda, exportação de tecnologia de exploração *offshore* (a Petrobras é referência mundial em pré-sal), e desenvolvimento de aquicultura e pesca oceânica com valor agregado.

A criação de uma Autoridade Regional do Atlântico Sul, sediada no Brasil, para gestão conjunta de recursos compartilhados seria um instrumento de liderança institucional poderoso, similar ao papel que a UE desempenha na governança do Atlântico Norte.

3.6 VETOR 5 – TECNOLOGIA, ESPAÇO E CIBERSEGURANÇA

A modernidade da liderança no Atlântico Sul passa obrigatoriamente pelo domínio tecnológico. O Brasil possui o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), estrategicamente localizado a 2,3 graus sul da linha do Equador, posição privilegiada para lançamento de satélites geoestacionários com economia de combustível de até 30% em relação a bases equatoriais concorrentes. Ampliar o CLA como *hub* espacial regional e exportar serviços de lançamento seria um vetor de influência tecnológica e econômica de grande impacto.

Na dimensão digital, o Brasil deve liderar a discussão sobre governança de cabos submarinos no

Atlântico Sul, criando marcos regulatórios de cibersegurança e proteção de infraestrutura crítica que impeçam monopólios tecnológicos estrangeiros sobre a conectividade da região.

Centro de Lançamento de Alcântara: o Brasil possui o ativo espacial mais bem posicionado geograficamente do mundo para lançamento equatorial, e ainda não o explorou plenamente como instrumento de poder nacional e regional.

4. OBSTÁCULOS E DESAFIOS À CONSOLIDAÇÃO DA LIDERANÇA BRASILEIRA

A construção do Brasil como potência regional no Atlântico Sul enfrenta obstáculos reais que precisam ser nomeados com honestidade intelectual.

Principais Obstáculos Estruturais

- Descontinuidade de políticas externas entre governos, o que um governo prioriza, o seguinte abandona
- Orçamento de Defesa insuficiente para sustentar presença naval de longo prazo (< 1,5% do PIB)
- Rivalidade histórica com Argentina que, quando não gerenciada, fragmenta o Cone Sul
- Falta de estratégia nacional de longo prazo para o Atlântico Sul, nenhum documento operacional equivalente à Estratégia Nacional de Defesa contempla esta agenda
- Assimetria econômica com os parceiros africanos limita a profundidade da cooperação
- Pressão dos EUA contra aproximação militar excessiva do Brasil com países africanos ou com a China na região
- Déficit de capacidade de projeção de força além da costa continental (porta-aviões, reabastecimento em mar)

Tabela: BLOG VELHO GENERAL • Fonte: Elaboração do Autor • Criado com Datawrapper

Esses obstáculos são superáveis, mas requerem uma decisão política em nível de Estado, não de governo. O Atlântico Sul precisa ser incorporado como prioridade estratégica permanente, imune a ciclos eleitorais, na política de defesa, na política externa e na política de desenvolvimento econômico do Brasil.

5. AGENDA PROPOSITIVA: O QUE O BRASIL DEVE FAZER

Com base na análise realizada, proponho uma agenda em três horizontes temporais:

Horizonte	Ações Prioritárias	Instrumento
Curto Prazo (1-2 anos)	Retomar liderança ativa da ZOPACAS Ampliar patrulhamento do SisGAAZ Concluir Plano de Ação para a Amazônia Azul Nomear Embaixadores especializados em oito países africanos atlânticos	MRE + Marinha + Presidência
Médio Prazo (3-5 anos)	Criar Secretariado Permanente da ZOPACAS no RJ Lançar programa de cooperação naval com África Ampliar CLA como hub de lançamentos comerciais Aprovar Política Nacional do Mar com metas mensuráveis	MD + MCom + Petrobrás + MAPA
Longo Prazo (10+ anos)	Entrada em operação do SSN Álvaro Alberto Criar Autoridade Regional de Economia Azul Desenvolver acordo de livre comércio Mercosul-CEDEAO Posicionar Brasil como hub de cabos submarinos atlânticos	Política de Estado Multissetorial

Tabela: BLOG VELHO GENERAL • Fonte: Elaboração do Autor • Criado com Datawrapper

6. CONCLUSÃO

O Atlântico Sul não é um resquício do passado colonial marítimo – é uma fronteira estratégica viva e em acelerada disputa. Sua relevância comercial persiste e se diversifica mesmo diante das rotas bioceânicas, porque o oceano serve mercados, produtos e dimensões geopolíticas que nenhuma ferrovia pode substituir. O petróleo do pré-sal, o comércio com a África, os cabos digitais e a segurança energética europeia são realidades atlânticas de longo prazo.

O Brasil possui os atributos para ser a potência regional hegemônica e benigna do Atlântico Sul: capacidade naval crescente, maior ZEE da América Latina, liderança diplomática histórica, indústria *offshore* de referência mundial e a posição geográfica mais privilegiada do hemisfério sul. O que falta é a decisão política de transformar esses ativos em estratégia de Estado contínua, blindada de descontinuidades eleitorais.

O custo da omissão é alto: o vácuo de poder no Atlântico Sul será inevitavelmente preenchido por potências externas: China, Estados Unidos, França, em detrimento dos interesses dos países sul-americanos e africanos. O Brasil pode liderar esse espaço de forma cooperativa, multilateral e orientada ao desenvolvimento, ou pode assistir, passivamente, enquanto outros definem as regras do jogo em seu próprio quintal oceânico.

A escolha entre liderança ativa e omissão estratégica no Atlântico Sul é, no fundo, a escolha entre ser sujeito ou objeto da geopolítica do século XXI.

REFERÊNCIAS E FONTES DE BASE

- MARINHA DO BRASIL.** *Estratégia Nacional de Defesa e Política Naval Brasileira*. Brasília: MD, 2022.
- ZOPACAS.** *Declaração de Montevideú*. Reunião Ministerial, 2013.
- LEPLAC.** *Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira*. DHN/Marinha do Brasil, 2023.
- IPEA.** *Brasil e o Atlântico Sul: Perspectivas Geopolíticas e Econômicas*. Texto para Discussão nº 2.215, 2016.
- CERVO, A. L.; BUENO, C.** *História da Política Exterior do Brasil*. 5ª ed. Brasília: EdUnB, 2015.
- ALSINA JR., J. P. S.** *Política Externa e Poder Militar no Brasil: universos paralelos*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- FIORI, J. L.** *O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- UNCTAD.** *Review of Maritime Transport 2024*. Genebra: Nações Unidas, 2024.
- BANCO MUNDIAL.** *Atlantic South Trade Flows and Economic Corridors*. Washington: WB, 2023.
- A estratégia geopolítica brasileira para o Atlântico Sul (2018)*. Tensões Mundiais/UECE.
- O Brasil como potência regional*. OPSA/PUC-SP.
- IISS.** *The Military Balance 2025*. Londres: International Institute for Strategic Studies, 2025.

**Ronaldo Ferreira é formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pós-graduado em Políticas Públicas e Indústria de Defesa pela Universidade Federal Fluminense (UFF), é consultor de licitações no segmento de Segurança Pública e Defesa. Atualmente é diretor de licitações na Atlas Consultoria e vem atuando na abertura de mercado brasileiro e sul-americano para empresas chinesas do segmento de segurança pública.*
